



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO

1ª ETAPA - PROVA OBJETIVA SELETIVA - 27/2/2011  
CADERNO DE QUESTÕES

**COMISSÃO DO CONCURSO E EXAMINADORA DE TÍTULOS**

Presidente: Desembargadora Vania Maria da Rocha Abensur  
Suplente: Desembargador Vulmar de Araújo Coêlho Junior  
Membro: Desembargadora Socorro Miranda  
Suplente: Juiz Convocado Shikou Sadahiro  
Membro OAB: Advogado David Pinto Castiel  
Suplente OAB: Advogado Hiran Saldanha de Macedo Castiel

**COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA OBJETIVA SELETIVA (1ª ETAPA)**

Presidente: Desembargador Carlos Roberto Husek  
Suplente: Juiz Paulo Eduardo Vieira de Oliveira  
Membro: Juiz Maurício Miguel Abou Assali  
Suplente: Juiz Ilson Alves Pequeno Júnior  
Membro OAB: Advogada Zênia Luciana Cernov de Oliveira  
Suplente OAB: Advogado Amaro Vinicius Bacinello Ramalho

**OBSERVAÇÃO:** Você recebeu do fiscal um **Caderno de Questões** e uma **Folha de Respostas** personalizada. As páginas do **Caderno de Questões** estão numeradas sequencialmente e contêm 100 questões.

**ATENÇÃO!**

- 1 - Verifique no canhoto da **Folha de Respostas** se seu nome e número de inscrição estão corretos.
- 2 - A **Folha de Respostas** do candidato é única e não será substituída. Não dobre, não amasse nem rasure sua **Folha de Respostas**. Leia atentamente as instruções para seu preenchimento e assine no local indicado. É obrigatória sua assinatura na **Folha de Respostas**.
- 3 - Só inicie a prova após a autorização do Fiscal de Sala.
- 4 - Verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- 5 - Leia com atenção as questões e responda-as na **Folha de Respostas**, evitando cometer qualquer rasura. A rasura na folha de respostas acarretará a anulação da questão.
- 6 - Nesta prova não será permitida nenhuma consulta ou comunicação, salvo na hipótese do item 10 abaixo.
- 7 - Observe as recomendações impressas na **Folha de Respostas**.
- 8 - O candidato escolherá, em cada questão, uma única alternativa, marcando, na **Folha de Respostas**, o campo da letra correspondente, preenchendo-o totalmente (●). Caso, por qualquer meio ou forma, o candidato torne identificável a sua prova, será sumariamente desclassificado.
- 9 - O candidato que desejar levar o **Caderno de Questões** somente poderá fazê-lo após decorridas 2 (duas) horas de prova.
- 10 - Os Fiscais de Sala não estão autorizados a prestar qualquer esclarecimento sobre as questões da prova. Em caso de necessidade, solicite a presença da Comissão Examinadora.
- 11 - O candidato dispõe de 5 (cinco) horas, improrrogáveis, para fazer a prova, incluído o tempo dedicado à marcação da **Folha de Respostas**.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO**

**QUESTÃO 01** – Conforme previsão legal e doutrinária, em relação à Teoria Geral do Direito do Trabalho, analise as afirmações abaixo e, ao final, responda.

I. Além do princípio “protetor”, no qual se inserem as regras do “in dubio pro operario”, da “norma mais favorável” e da “condição mais benéfica”, o Direito do Trabalho consagra os princípios da “irrenunciabilidade”, da “continuidade da relação de emprego”, da “primazia da realidade”, da “razoabilidade” e da “boa-fé”.

II. Os regulamentos empresariais não podem ser considerados como fontes formais do Direito do trabalho uma vez que não conferem à regra jurídica o caráter de direito positivo.

III. Não há previsão expressa no texto consolidado no sentido de a Justiça do Trabalho decidirá sempre de maneira que nenhum interesse de classe ou particular prevaleça sobre o interesse público, até mesmo em razão do “princípio tutelar” que norteia o Direito do Trabalho.

IV. A primazia dos preceitos de ordem pública na formação do conteúdo do contrato de trabalho está expressamente enunciada pela legislação brasileira, ao dispor a CLT que as relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

V. A renúncia difere da transação em razão de que a primeira é ato unilateral e pressupõe a certeza, ao menos de caráter subjetivo, do direito de que é objeto, enquanto a segunda é bilateral e pressupõe uma incerteza, de natureza subjetiva, sobre o direito ou a situação jurídica. Entretanto, a validade da renúncia e da transação, nas relações individuais de trabalho, depende da configuração dos elementos: a) natureza do direito sobre o qual versam; b) capacidade; c) livre manifestação do agente; d) observância da forma ou solenidade, quando prescritas em lei; e) ato explícito, não podendo ser presumido e com interpretação restritiva.

- A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
- B) Apenas as assertivas II, III e V são corretas.
- C) Apenas as assertivas I, III e IV são corretas.
- D) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.
- E) Todas as assertivas são corretas.

**QUESTÃO 02** – Considere as seguintes proposições e responda.

I. O princípio da razoabilidade permite ao Juiz do Trabalho privilegiar a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material.

II. A regra da CLT que prevê que nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação é considerado exemplo raro de regra dispositiva do Direito do Trabalho, uma vez que as regras justralhistas são essencialmente imperativas.

III. A indisponibilidade relativa de direitos trabalhistas justifica a situação em que pode ocorrer alteração lícita da modalidade salarial (salário fixo versus salário variável) desde que não produza prejuízo efetivo ao trabalhador.

IV. A Consolidação das Leis do Trabalho não trata especificamente da integração jurídica, cabendo apenas à doutrina a análise do instituto.

V. No Direito do Trabalho são exemplos de fontes heterônomas: Constituição Federal, Leis Federais e Sentença Normativa e são exemplos de fontes autônomas: Convenção Coletiva de Trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho.

- A) Apenas as proposições I, II e V são corretas.
- B) Apenas as proposições II e III são corretas.
- C) Apenas as proposições I e IV não são corretas.
- D) Apenas as proposições IV e V são corretas.
- E) Nenhuma proposição está correta.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 03** – Assinale a alternativa que não está correta em relação à duração do contrato de trabalho.

- A) Em razão do contrato de trabalho ser considerado “contrato sucessivo” a CLT permite o contrato a termo apenas nas hipóteses de serviço cuja natureza ou transitoriedade justifique a predeterminação do prazo; atividades empresariais de caráter transitório e contrato de experiência.
- B) O contrato de trabalho por prazo determinado previsto na CLT poderá ser prorrogado por mais de uma vez, sem perder sua característica de contrato por prazo certo, desde que não ultrapassados os prazos previstos no artigo 445 da CLT: a) 90 (noventa) dias para contrato de experiência; b) 02 (dois) anos para as demais hipóteses.
- C) Considera-se por prazo indeterminado todo contrato que suceder, dentro de 06 (seis) meses, a outro contrato por prazo determinado, salvo se a expiração destes depender da execução de serviços especializados ou da realização de certos acontecimentos.
- D) Se o empregado for despedido por falta grave ou recebido indenização legal, não serão computados no tempo de serviço os períodos, ainda que não contínuos, em que tiver trabalhado anteriormente na empresa, quando readmitido.
- E) A lei do trabalho temporário (Lei 6.019/74) prevê modalidade de contrato a termo desde que ocorra necessidade episódica resultante da necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou do acréscimo extraordinário de serviços da empresa tomadora e, via de regra, o prazo não ultrapasse três meses de trabalho para o mesmo tomador.

**QUESTÃO 04** – Em relação à aprendizagem, assinale a alternativa correta.

- A) A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos na escola, caso não haja concluído o ensino médio, sendo que a idade máxima prevista em lei não se aplica a aprendizes portadores de deficiência.
- B) A duração do trabalho do aprendiz não poderá exceder seis horas, exceto se houver compensação de jornada.
- C) Por ser o contrato de aprendizagem um contrato de trabalho especial, ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, não é assegurado o salário mínimo hora.
- D) Os estabelecimentos obrigados a empregar e matricular aprendizes nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem podem contratar o número de aprendizes que desejarem sem limitação legal.
- E) O contrato de aprendizagem não tem duração determinada em lei, não podendo, porém, ultrapassar os 02 anos quando se tratar de aprendiz portador de deficiência.

**QUESTÃO 05** – Em relação ao fenômeno da “terceirização” no Direito do Trabalho, conforme entendimento sumulado do TST assinale a alternativa correta.

- A) A contratação indireta de mão de obra por empresa interposta é considerada irregular, formando-se o vínculo de emprego diretamente com o tomador dos serviços, ainda que este seja um órgão da administração pública direta, indireta ou fundacional.
- B) Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços especializados ligados a atividade-meio do tomador, independente da existência da personalidade e a subordinação direta.
- C) No caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 03.01.1974) a contratação de trabalhadores por empresa interposta é regular, não se formando o vínculo com o tomador dos serviços.
- D) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade solidária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial.
- E) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços, quanto àquelas obrigações, exceto quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 06** – Conforme prevê a CLT, em se tratando da figura dos sujeitos do contrato de trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- A) As instituições sem finalidade lucrativa e os profissionais liberais que admitirem trabalhadores como empregados equiparam-se ao empregador.
- B) Será considerado empregado aquele que presta serviços de forma pessoal e natureza não eventual, mediante retribuição pecuniária e sob a dependência do empregador.
- C) O trabalho realizado no estabelecimento do empregador e aquele executado no domicílio do empregado não se distingue, desde que esteja caracterizada a relação de emprego.
- D) Não haverá distinções relativas à espécie de emprego e a condição de trabalhador, exceto quanto ao trabalho intelectual, técnico e manual, em razão das suas peculiaridades.
- E) O tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador, ainda que apenas aguardando ordens de serviço, considera-se como de serviço efetivo, salvo disposição especial expressamente consignada.

**QUESTÃO 07** – Assinale a alternativa correta em relação às denominadas “profissões regulamentadas”.

- A) O vendedor praticista ou viajante tem direito a acréscimo salarial quando realiza serviços estranhos às vendas, isto é, serviços suplementares à de simples intermediação para mercancia como, por exemplo, serviço de inspeção e fiscalização.
- B) A duração normal do trabalho dos músicos não poderá exceder de 5 (cinco) horas, excetuados os casos previstos nesta lei, sendo que o tempo destinado aos ensaios dos músicos não é computado como de serviço efetivo.
- C) Para os empregados que trabalham no interior das câmaras frigoríficas e para os que movimentam mercadorias do ambiente quente ou normal para o frio e vice-versa, depois de 1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos de trabalho contínuo, será assegurado um período de 20 (vinte) minutos de repouso, não se computado esse intervalo como de trabalho efetivo.
- D) Ao aeronauta é assegurado em lei o direito à conversão de parte de suas férias em abono pecuniário durante a vigência do pacto laboral e não apenas em caso de rescisão do contrato.
- E) O advogado empregado tem sua jornada de trabalho limitada a 4 (quatro) horas contínuas ou 6 (seis) horas alternadas, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

**QUESTÃO 08** – Ainda sobre profissões regulamentadas, conforme legislação aplicável e o entendimento sumulado do TST, assinale a alternativa correta.

- A) Conforme dispõe a Lei 9.615/98 (Lei Pelé), em relação ao contrato do atleta profissional a mora contumaz não será considerada pelo não recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias.
- B) Para o ferroviário, considera-se de “sobreaviso” o trabalhador que ficar nas dependências da estrada de ferro, aguardando ordens na escala máxima de 12 (doze) horas, sendo que tais horas serão contadas à razão de 2/3 (dois terços) do salário-hora normal.
- C) Para os empregados ferroviários de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, não se aplicam os preceitos gerais sobre duração do trabalho, não sendo devidas horas extras.
- D) A permanência do tripulante a bordo do navio, no período de repouso, além da jornada, importa presunção de que esteja à disposição do empregador ou em regime de prorrogação de horário.
- E) O trabalho no subsolo somente será permitido a homens, com idade compreendida entre 18 (dezoito) e 50 (cinquenta) anos, assegurada a transferência para a superfície por motivo de saúde, nos termos da lei.

**QUESTÃO 09** – Com base na lei e no entendimento sumulado do TST, assinale a alternativa que não está correta.

- A) Não será considerada como transferência a alteração do local de trabalho que não acarrete necessariamente a mudança do domicílio do trabalhador.
- B) A transferência para o período diurno de trabalho implica a perda do direito ao adicional noturno.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- C) Caso o empregador determine a supressão do serviço extraordinário prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, não ficará assegurado ao empregado o direito à indenização.
- D) É permitida a transferência do empregado quando ocorrer extinção do estabelecimento em que o mesmo trabalhava.
- E) Por necessidade de serviço será permitida a transferência do empregado para localidade diversa daquela prevista no contrato, ficando o empregador sujeito a um pagamento suplementar não inferior a 25% dos salários do empregado, enquanto durar a transferência.

**QUESTÃO 10 – Considerando a lei e o entendimento sumulado do TST, assinale a alternativa correta.**

- A) O trabalho noturno dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação do petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados, por meio de dutos, é regulado pela Lei nº 5.811, de 11.10.1972, sendo-lhe aplicada a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos prevista no art. 73, § 2º, da CLT.
- B) A interrupção do trabalho destinada a repouso e alimentação, dentro de cada turno, ou o intervalo para repouso semanal, não descaracteriza o turno de revezamento com jornada de 6 (seis) horas previsto no art. 7º, XIV, da CF/1988.
- C) O adicional de periculosidade, pago em caráter permanente, integra o cálculo de indenização e de horas extras, inclusive das horas de sobreaviso.
- D) O professor que recebe salário mensal à base de hora-aula tem direito ao acréscimo de 1/6 a título de repouso semanal remunerado, considerando-se para esse fim o mês de quatro semanas.
- E) O sábado do bancário é dia útil não trabalhado, não dia de repouso remunerado, razão pela qual, cabe a repercussão do pagamento de horas extras habituais em sua remuneração.

**QUESTÃO 11 – Quanto ao trabalho do menor, assinale a alternativa que não está correta.**

- A) Quando o menor de 18 (dezoito) anos for empregado em mais de um estabelecimento, as horas de trabalho em cada um serão totalizadas.
- B) Ao menor não será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres, constantes de quadro para esse fim aprovado pela Secretaria de Segurança e Medicina do Trabalho.
- C) Ainda que o trabalho do menor ocorra no serviço em oficinas onde trabalhem exclusivamente pessoas da família do menor e esteja este sob a direção do pai, mãe ou tutor, é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.
- D) Aplica-se ao menor a vedação do serviço que demande o emprego de força muscular superior a 20 (vinte) quilos para o trabalho contínuo, ou 25 (vinte e cinco) quilos para o trabalho ocasional; não estando compreendida nesta determinação a remoção de material feita por impulso ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.
- E) É lícito ao menor firmar recibo pelo pagamento dos salários, bem como, tratando-se de rescisão do contrato de trabalho, dar, sem assistência dos seus responsáveis legais, quitação ao empregador pelo recebimento da indenização que lhe for devida.

**QUESTÃO 12 – Quanto às normas de proteção do trabalho da mulher inseridas na CLT, assinale a alternativa incorreta.**

- A) Segundo expressa disposição legal, deverá a mulher gozar de intervalo obrigatório de quinze minutos antes de iniciar a prorrogação do horário de trabalho.
- B) Havendo trabalho aos domingos, será organizada uma escala de revezamento quinzenal, que favoreça o repouso dominical.
- C) São vedadas as seguintes práticas, por atentarem contra o trabalho e a dignidade da mulher trabalhadora: considerar o sexo como variável determinante para fins de fixação de remuneração, formação profissional e ascensão profissional; publicar anúncio de emprego no qual haja referência ao sexo, bem como recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa da trabalhadora em razão do sexo, mesmo quando a natureza da atividade exercida, notória ou publicamente, assim o exigir.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- D) Devem ser assegurados dois intervalos de meia hora cada um, durante a jornada de trabalho, à mulher em período de amamentação, até que o seu filho complete seis meses.
- E) A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

QUESTÃO 13 – Em relação às normas especiais de tutela do trabalho, conforme previsão da CLT informe a alternativa correta.

- A) A duração normal do trabalho dos empregados em bancos será de 6 (seis) horas contínuas nos dias úteis, com exceção dos sábados, perfazendo 30 (trinta) horas semanais e ficará compreendida entre 7 (sete) e 22 (vinte e duas) horas, assegurando-se ao empregado, no horário diário, um intervalo de 15 (quinze) minutos para alimentação.
- B) O regime especial de 6 (seis) horas de trabalho não se aplica aos empregados de portaria e de limpeza, empregados em bancos por não exercerem funções típicas de bancário.
- C) A duração normal do trabalho dos operadores cinematográficos e seus ajudantes não excederá de 5 (cinco) horas diárias, assim distribuídas: 4 (quatro) horas consecutivas de trabalho em cabina, durante o funcionamento cinematográfico; um período suplementar, até o máximo de 1 (uma) hora para limpeza, lubrificação dos aparelhos de projeção ou revisão de filmes.
- D) A duração normal do trabalho efetivo para os empregados em minas no subsolo não excederá de 6 (seis) horas diárias ou de 36 (trinta e seis) semanais; sendo que o tempo despendido pelo empregado da boca da mina ao local do trabalho e vice-versa não será computado para o efeito de pagamento do salário.
- E) A duração normal do trabalho dos jornalistas profissionais empregados não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite, podendo a duração normal do trabalho ser elevada a 7 (sete) horas, mediante acordo escrito. Também se aplicam tais dispositivos àqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, subsecretário, chefe e subchefe de revisão, chefe de oficina, de ilustração e chefe de portaria.

QUESTÃO 14 – Sobre o trabalhado rural, nos termos da legislação aplicável, responda qual a alternativa que não está correta.

- A) Em qualquer trabalho contínuo de duração superior a seis horas, será obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação observados os usos e costumes da região, não se computando este intervalo na duração do trabalho. Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de onze horas consecutivas para descanso.
- B) Nos serviços, caracteristicamente intermitentes, não serão computados, como de efeito exercício, os intervalos entre uma e outra parte da execução da tarefa diária, desde que tal hipótese seja expressamente ressalvada na Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- C) A cessão pelo empregador, de moradia e de sua infra estrutura básica, assim, como, bens destinados à produção para sua subsistência e de sua família, não integram o salário do trabalhador rural, desde que caracterizados como tais, em contrato escrito celebrado entre as partes, com testemunhas e notificação obrigatória ao respectivo sindicato de trabalhadores rurais.
- D) O produtor rural pessoa física poderá realizar contratação de trabalhador rural por pequeno prazo para o exercício de atividades de natureza temporária, desde que o mesmo seja proprietário da terra e que explore diretamente atividade agro-econômica.
- E) Durante o prazo do aviso prévio, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, o empregado rural terá direito a um dia por semana, sem prejuízo do salário integral, para procurar outro trabalho.

QUESTÃO 15 – Quanto ao trabalho doméstico, nos termos da legislação aplicável, responda qual a alternativa que não está correta.

- A) É vedado ao empregador doméstico efetuar descontos no salário do empregado por fornecimento de alimentação, vestuário, higiene.
- B) Poderão ser descontadas do empregado doméstico as despesas com moradia desde que esta se referir a local diverso da residência em que ocorrer a prestação dos serviços e que tenha sido acordada expressamente tal possibilidade entre as partes.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- C) É vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.
- D) As despesas que o empregador efetuar com fornecimento de alimentação, vestuário ou higiene não tem natureza salarial nem se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos.
- E) Conforme prevê recente alteração legislativa (Lei 10.208/01) foi incluído o direito à inclusão do doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, de que trata a Lei 8.036/90, mediante requerimento obrigatório do empregador, na forma do regulamento.

**QUESTÃO 16** – Quanto às normas gerais de tutela do trabalho, conforme previsão legal e da jurisprudência sumulada do TST, indique a alternativa correta.

- A) Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional noturno quanto às horas prorrogadas.
- B) O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, afasta o direito à percepção do respectivo adicional, vez que a lei prevê que as atividades insalubres são fixadas em razão da intensidade do agente.
- C) No regime de revezamento, as horas trabalhadas em seguida ao repouso semanal de 24 (vinte e quatro) horas, com prejuízo do intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso entre jornadas, não serão remuneradas como extraordinárias visto que ocorreu mera infração de caráter administrativo.
- D) Não serão abrangidos pelo regime da duração do trabalho (capítulo II do título II da CLT) os empregados que exerçam atividade externa incompatível com a fixação de horário de trabalho, não havendo necessidade da anotação de tal condição a CTPS e no registro de empregados.
- E) Independente do porte da empresa, não poderá ser fixado por acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

**QUESTÃO 17** – Sobre duração do trabalho, nos termos da legislação e da jurisprudência sumulada do TST, analise as proposições seguintes e responda.

I. A majoração do valor do repouso semanal remunerado, em razão da integração das horas extras habitualmente prestadas, não repercute no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS, sob pena de caracterização de “bis in idem”.

II. A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que não gera o direito às horas “in itinere”.

III. Tendo em vista que as Leis nº 3.999/1961 e 4.950/1966 não estipulam a jornada reduzida, mas apenas estabelecem o salário mínimo da categoria para uma jornada de 4 (quatro) horas para os médicos e de 6 (seis) horas para os engenheiros, não há que se falar em horas extras, salvo as excedentes à oitava, desde que seja respeitado o salário mínimo/horário das categorias.

IV. O fato de o empregador cobrar, parcialmente ou não, importância pelo transporte fornecido, para local de difícil acesso ou não servido por transporte regular, afasta o direito à percepção das horas “in itinere”.

V. Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário do registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários. Se ultrapassado esse limite, será considerada como extra a totalidade do tempo que exceder a jornada normal.

- A) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
- B) Apenas as assertivas II e IV são corretas.
- C) Apenas as assertivas II e V são incorretas.
- D) Apenas as assertivas IV e V são corretas.
- E) Apenas as assertivas II e IV são incorretas.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 18** – Assinale a alternativa incorreta em relação às férias anuais remuneradas, à luz das normas que regulam o tema e posicionamento jurisprudencial sumulado do TST.

- A) As faltas ou ausências decorrentes de acidente do trabalho não são consideradas para os efeitos de duração de férias e cálculo da gratificação natalina.
- B) Somam-se dois períodos descontínuos de trabalho, desde que o interregno entre eles não seja superior a sessenta dias, para aquisição de direito de férias, ainda que um deles se origine de contrato a prazo.
- C) Salvo nas hipóteses de dispensa do empregado por justa causa ou quando ele se demite, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de doze meses.
- D) Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo, tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de seis meses, embora descontínuos. Nesta situação, iniciar-se-á o decurso de novo período aquisitivo quando o empregado, retornar ao serviço.
- E) O tempo de trabalho anterior à apresentação do empregado para serviço militar obrigatório será computado no período aquisitivo, desde que ele compareça ao estabelecimento dentro de noventa dias da data em que se verificar a respectiva baixa.

**QUESTÃO 19** – Ainda sobre as férias anuais remuneradas, não é correto afirmar:

- A) A remuneração das férias, ainda quando devida após a cessação do contrato de trabalho, terá natureza salarial, para os efeitos de constituição de créditos privilegiados em caso de falência da empresa (art. 449 da CLT).
- B) O alcance da prescrição referente às férias tem como marco o último dia do prazo para a sua concessão.
- C) Em caso de serem concedidas férias coletivas a todos os empregados da empresa, aqueles contratados há menos de doze meses gozarão, na oportunidade, férias proporcionais, iniciando-se, então, novo período aquisitivo.
- D) O empregado perceberá, durante as férias, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão, sendo que quando o salário for pago por percentagem, comissão ou viagem, apurar-se-á a média percebida pelo empregado nos seis meses que precederem à concessão das férias.
- E) Sempre que as férias forem concedidas após o prazo de doze meses subsequentes à data em que o empregador tiver adquirido o direito, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração.

**QUESTÃO 20** – Analise as assertivas abaixo sobre remuneração e salário.

- I. Se incluem no salário as diárias para viagem que excederem 50% do salário percebido pelo empregado.
  - II. Não se incluem no salário as ajudas de custo por expressa previsão legal uma vez que traduzem, em sua essência, ressarcimento de despesas.
  - III. Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também aquela que for cobrada pela empresa ao cliente, como adicional nas contas, a qualquer título, e destinada à distribuição aos empregados.
  - IV. O pagamento do salário, qualquer que seja a modalidade do trabalho, não deve ser estipulado por período superior a um mês, mesmo nos casos de comissões, percentagens e gratificações, uma vez que, assim como a importância fixa estipulada, tais verbas integram o salário.
  - V. Na falta de estipulação do salário ou não havendo prova sobre a importância ajustada, o empregado terá direito a perceber salário igual ao daquela que, na mesma empresa, fizer serviço equivalente ou do que for habitualmente pago para serviço semelhante.
- Responda.

- A) Apenas as assertivas I, II e V são corretas.
- B) Apenas as assertivas II e IV são corretas.
- C) Apenas as assertivas III, IV e V são corretas.
- D) Apenas a assertiva III é incorreta.
- E) Apenas a assertiva IV é incorreta.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

QUESTÃO 21 – Assinale a alternativa que não está correta.

- A) Não serão consideradas como salário as seguintes utilidades concedidas pelo empregador: assistência médica, hospitalar e odontológica, prestada diretamente ou mediante seguro-saúde; seguros de vida e de acidentes pessoais e previdência privada.
- B) Não será considerada como salário a utilidade concedida pelo empregador a título de transporte destinado ao deslocamento para o trabalho e retorno, desde que em percurso servido por transporte público regular.
- C) Sempre que não for possível o acesso dos empregados a armazéns ou serviços não mantidos pela empresa, é lícito à autoridade competente determinar a adoção de medidas adequadas, visando a que as mercadorias sejam vendidas e os serviços prestados a preços razoáveis, sem intuito de lucro e sempre em benefícios dos empregados.
- D) A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento) do salário-contratual.
- E) Tratando-se de habitação coletiva, o valor do salário-utilidade a ela correspondente será obtido mediante a divisão do justo valor da habitação pelo número de co-habitantes, vedada, em qualquer hipótese, a utilização da mesma unidade residencial por mais de uma família.

QUESTÃO 22 – À luz da legislação trabalhista apropriada, bem como da jurisprudência sumulada do TST, analise as proposições seguintes e, ao final, responda.

- I. O pagamento das parcelas constantes do instrumento de rescisão ou recibo de quitação deverá ser efetuado até o décimo dia, contado da data de término do aviso prévio trabalhado.
  - II. Nos contratos que tenham termo estipulado, o empregador que, sem justa causa, despedir o empregado será obrigado a pagar-lhe, a título de indenização a remuneração a que teria direito até o termo do contrato
  - III. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, na forma do artigo 484 da CLT, o empregado tem direito a 50% (cinquenta por cento) do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
  - IV. Não cabe aviso prévio nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência, ainda que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado e seja exercido tal direito por qualquer das partes.
  - V. O só pagamento dos salários atrasados em audiência ilide a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.
- A) Apenas as proposições I e II são corretas.
  - B) Apenas as proposições II e IV são corretas.
  - C) Apenas a proposição III é correta.
  - D) Nenhuma proposição é correta.
  - E) Apenas as proposições I e V são corretas.

QUESTÃO 23 – Em relação às garantias de emprego, conforme legislação e entendimento sumulado pelo TST marque a alternativa que está incorreta.

- A) Exaurido o período de estabilidade, são devidos ao empregado apenas os salários do período compreendido entre a data da despedida e o final do período de estabilidade, não lhe sendo assegurada a reintegração no emprego.
- B) Em razão da garantia de emprego provisória do cipeiro estar constitucionalmente garantida (artigo 10, II, "a" do ADCT) fica assegurada a indenização do período estável, ainda que extinto o estabelecimento e sendo impossível a reintegração.
- C) São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.
- D) Ao empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41 da CF/1988.
- E) O desconhecimento do estado gravídico pelo empregador não afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade revista no art. 10, II, "b" do ADCT.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 24** – Sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, à luz da legislação aplicável e do entendimento sumulado do TST, marque a alternativa que não está correta.

- A) A contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço incide sobre a remuneração mensal devida ao empregado, inclusive horas extras e adicionais eventuais.
- B) O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito a contribuição para o FGTS.
- C) É trintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.
- D) Quando ocorrer despedida por culpa recíproca ou força maior, reconhecida pela Justiça do Trabalho, o empregador depositará, na conta vinculada do trabalhador no FGTS, importância igual a 20 (vinte) por cento do montante de todos os depósitos realizados na conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho, atualizados monetariamente e acrescidos dos respectivos juros.
- E) A conta vinculada do trabalhador no FGTS poderá ser movimentada na hipótese de suspensão total do trabalho avulso por período igual ou superior a 60 (sessenta) dias, comprovada por declaração do sindicato representativo da categoria profissional.

**QUESTÃO 25** – Sobre prescrição no Direito do Trabalho, nos termos do entendimento sumulado do TST, assinale a alternativa correta.

- A) Em se tratando de horas extras pré-contratadas do trabalhador bancário, opera-se a prescrição total se a ação não for ajuizada no prazo de cinco anos, a partir da data em que foram suprimidas.
- B) A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.
- C) A ação trabalhista, desde que não arquivada, suspende a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.
- D) Na ação que objetive corrigir desvio funcional, a prescrição só alcança as diferenças salariais vencidas no período de 2 (dois) anos que precedeu o ajuizamento.
- E) Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados do quinquênio anterior à data da extinção do contrato e, não, da data do ajuizamento da reclamação.

**QUESTÃO 26** – A empresa Alfa foi sucedida pela empresa Beta, ocupando o mesmo local, as mesmas instalações e fundo de comércio, bem como mantendo as mesmas atividades e empregados. Em relação aos contratos de trabalho dos empregados da empresa sucedida, assinale a alternativa correta.

- A) As obrigações anteriores recairão sobre a empresa sucedida, e as posteriores sobre a sucessora.
- B) Serão automaticamente extintos, fazendo surgir novas relações contratuais.
- C) As cláusulas e condições estabelecidas no contrato de trabalho serão obrigatoriamente repactuadas entre os empregados e o novo empregador individual.
- D) Os contratos se manterão inalterados e seguirão seu curso normal.
- E) A transferência de obrigações depende das condições em que a sucessão foi pactuada.

**QUESTÃO 27** – Assinale a alternativa que não está correta quanto ao contrato de estágio.

- A) Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma; não cria vínculo empregatício de qualquer natureza desde que observados os requisitos legais.
- B) Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, sendo que neste caso, necessariamente se cria vínculo empregatício.
- C) A jornada de atividade em estágio deverá constar do termo de compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

D) A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

E) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

**QUESTÃO 28** – Analise as assertivas abaixo e responda.

I. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de cinco dias para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.

II. Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 12 (doze) horas consecutivas para descanso.

III. Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.

IV. O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

V. Durante a paralisação dos serviços, em decorrência da interdição ou embargo por força de inspeção da Delegacia Regional do Trabalho, os empregados não receberão os salários uma vez que não estarão em efetivo exercício, considerando-se licença não remunerada.

A) São corretas apenas as assertivas I, II e IV.

B) São corretas apenas as assertivas I, III e V.

C) São corretas apenas as assertivas II e V.

D) São corretas apenas as assertivas III e IV.

E) Todas as assertivas são corretas.

**QUESTÃO 29** – Conforme entendimento sumulado do TST assinale a alternativa que não está correta.

A) Presume-se abandono de emprego se o trabalhador não retornar ao serviço no prazo de trinta dias após a cessação do benefício previdenciário nem justificar o motivo de não o fazer.

B) A ocorrência de justa causa, salvo a de abandono de emprego, no decurso do aviso prévio dado pelo empregador, retira do empregado qualquer direito às verbas rescisórias de natureza indenizatória.

C) O empregado que se demite antes de completar doze meses de serviço perde o direito a férias proporcionais.

D) A indenização adicional, prevista no artigo 9º da Lei nº 6.708/79 e no art. 9º da Lei nº 7.238/84, corresponde ao salário mensal, no valor devido na data da comunicação do despedimento, integrado pelos adicionais legais ou convencionados, ligados à unidade de tempo mês, não sendo computável a gratificação natalina.

E) A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

**QUESTÃO 30** – Quanto ao instituto do aviso prévio, nos termos da lei e da jurisprudência sumulada do TST, assinale a alternativa que não está correta.

A) É possível substituir o período que se reduz da jornada de trabalho, no aviso prévio, pelo pagamento das horas correspondentes.

B) O tempo do aviso prévio, mesmo indenizado, conta-se para efeito da indenização adicional prevista no art. 9º da Lei nº 6.708, de 30.10.1979.

C) É inválida a concessão do aviso prévio na fluência da garantia de emprego, ante a incompatibilidade dos dois institutos.

D) O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador dos serviços obtido novo emprego.

E) É devido o aviso prévio na despedida indireta.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 31** – Sobre o Direito Coletivo do Trabalho, indique a alternativa incorreta.

- A) A Constituição Federal de 1988 afastou a possibilidade jurídica de intervenção e interferência político administrativa do Estado, via Ministério do Trabalho e Emprego, no sindicalismo.
- B) Não são todas as disposições do artigo 8º da Constituição Federal (associação profissional ou sindical) que se aplicam à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.
- C) A base territorial mínima dos sindicatos no Brasil é o Município, sendo possível base territorial mais ampla, inclusive até mesmo o próprio território nacional.
- D) As federações resultam da conjugação de, pelo menos, cinco sindicatos da mesma categoria profissional, diferenciada ou econômica, enquanto que as confederações resultam da conjugação de, pelo menos, três federações, respeitadas as respectivas categorias e terão sede em Brasília.
- E) Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções de representação sindical.

**QUESTÃO 32** – Ainda sobre Direito Coletivo de Trabalho assinale a alternativa incorreta.

- A) Os Sindicatos poderão ser distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais. Excepcionalmente, e atendendo às peculiaridades de determinadas categorias ou profissões, o Ministro do Trabalho poderá autorizar o reconhecimento de Sindicatos nacionais.
- B) São condições para o exercício do direito do voto como para a investidura em cargo de administração ou representação econômica ou profissional: ter o associado mais de 6 (seis) meses de inscrição no Quadro Social e mais de 2 (dois) anos de exercício da atividade ou da profissão; ser maior de 18 (dezoito) anos e estar no gozo dos direitos sindicais.
- C) São deveres dos sindicatos das categorias profissionais e econômicas manter serviço de assistência judiciária aos seus associados e promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito.
- D) O trabalhador aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- E) Dentre as prerrogativas dos sindicatos está a sua colaboração com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal.

**QUESTÃO 33** – Em relação à negociação coletiva trabalhista, com base na legislação aplicável e no entendimento sumulado do TST, indique a alternativa correta.

- A) As condições estabelecidas em Convenção Coletiva de Trabalho, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo Coletivo de Trabalho.
- B) É aplicável multa prevista em instrumento normativo (sentença normativa, convenção ou acordo coletivo) em caso de descumprimento de obrigação prevista em lei, salvo quando a norma coletiva seja mera repetição de texto legal.
- C) As empresas e instituições que não estiverem incluídas no enquadramento sindical a que se refere o art. 577 da CLT não poderão celebrar Acordos Coletivos de Trabalho com os Sindicatos representativos dos respectivos empregados.
- D) Para o fim de deliberar sobre o Acordo Coletivo de Trabalho, a entidade sindical convocará Assembléia Geral dos diretamente interessados, desde que sindicalizados.
- E) O acordo individual para compensação de horas é válido, mesmo quando houver norma coletiva em sentido contrário, visto que a autonomia coletiva não pode prevalecer sobre a vontade das partes.

**QUESTÃO 34** – Sobre o Direito Coletivo verifique as proposituras abaixo e responda.

- I. A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas constitui o vínculo social básico que se denomina categoria econômica.
- II. A similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõe a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

III. Categoria profissional diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

IV. O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional, não poderá ser impedido do exercício de suas funções, nem transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais, bem como não perderá o mandato se a transferência for por ele solicitada ou voluntariamente aceita.

V. É livre a associação profissional ou sindical, mas ao empregado sindicalizado é assegurada, em igualdade de condições, preferência na concessão de empréstimos simples concedidos pelas agências financeiras do Governo ou a ele vinculadas.

- A) Todas as assertivas são corretas.
- B) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
- C) Apenas as assertivas I, II, III e IV são corretas.
- D) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.
- E) Apenas a assertiva IV é incorreta.

**QUESTÃO 35 – À luz do conjunto normativo que rege o Direito de Greve no Brasil, assinale a alternativa que não está correta.**

A) O *“lockout”* consiste na paralisação provisória das atividades empresariais por determinação do empregador com intuito de frustrar negociação coletiva ou dificultar ou atendimento das reivindicações obreiras, cuja prática é vedada por lei e assegura aos trabalhadores o direito à percepção dos salários durante o período de paralisação.

B) Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição; bem como seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

C) Durante a greve é vedado às empresas adotar meios para constranger o empregado ao comparecimento ao trabalho, bem como capazes de frustrar a divulgação do movimento.

D) Na greve, em serviços ou atividades essenciais, ficam as entidades sindicais ou os trabalhadores, conforme o caso, obrigados a comunicar a decisão aos empregadores e aos usuários com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da paralisação.

E) A lei de greve considera serviços ou atividades essenciais: transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; compensação bancária; serviços funerários.

**QUESTÃO 36 – Conforme jurisprudência sumulada do TST assinale a alternativa que está incorreta.**

A) O empregado de categoria diferenciada eleito dirigente sindical só goza de estabilidade se exercer na empresa atividade pertinente à categoria profissional do sindicato para o qual foi eleito dirigente.

B) Ainda que ocorra a extinção da atividade empresarial no âmbito da base territorial do sindicato, subsistirá a estabilidade do dirigente sindical prevista em lei.

C) É indispensável a comunicação por escrito, pela entidade sindical, ao empregador, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, o dia e a hora do registro da candidatura do seu empregado e, em igual prazo, sua eleição e posse na forma do § 5º do art. 543 da CLT.

D) O art. 522 da CLT, que limita a sete o número de dirigentes sindicais, foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988.

E) O dirigente sindical somente poderá ser dispensado por falta grave mediante a apuração em inquérito judicial.

**QUESTÃO 37 – Em relação às Comissões de Conciliação Prévia – CCP, criadas pela Lei 9.958/00, indique a alternativa correta.**

A) As empresas e os sindicatos podem instituir Comissões de Conciliação Prévia, de composição paritária, com representantes dos empregados e dos empregadores, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho, ficando vedada a sua constituição em caráter intersindical.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- B) Caso exista, na mesma localidade e para a mesma categoria, Comissão de empresa e Comissão sindical, o interessado deverá submeter a sua demanda perante a sindical.
- C) O mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de dois anos, permitida uma recondução.
- D) É vedada a dispensa dos membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- E) O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo de 10 dias para a realização da sessão de tentativa de conciliação a partir da provocação do interessado.

QUESTÃO 38 – São distintos os meios de solução de conflitos interindividuais e sociais conhecidos no sistema jurídico trabalhista brasileiro. Basicamente se classificam em três grandes grupos: “autotutela”, “autocomposição” e “heterocomposição”. Assinale a alternativa que apresenta a adequada correspondência entre estes meios e os exemplos.

- A) Autotutela = greve; autocomposição = transação; heterocomposição: renúncia.
- B) Autotutela = jurisdição; autocomposição = mediação; heterocomposição: arbitragem.
- C) Autotutela = renúncia; autocomposição = jurisdição; heterocomposição: arbitragem.
- D) Autotutela = greve; autocomposição = transação; heterocomposição: jurisdição.
- E) Nenhuma alternativa apresenta correta correspondência.

QUESTÃO 39 – Assinale a alternativa que não está correta.

- A) Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- B) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.
- C) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores desde que sindicalizados nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- D) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- E) Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

QUESTÃO 40 – Sobre Direito Coletivo, conforme previsão legal e jurisprudência sumulada do TST, indique a alternativa incorreta.

- A) A fundação e a manutenção de escolas de alfabetização e pré-vocacionais constitui-se em um dos deveres dos sindicatos das categorias econômica ou profissional.
- B) A legitimidade do sindicato para propor ação de cumprimento estende-se também à observância de acordo ou de convenção coletivos
- C) As condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa, convenção ou acordo coletivos vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho, exceto quanto ao período compreendido entre 23.12.1992 e 28.07.1995, em que vigorou a Lei nº 8.542, revogada pela MP nº 1.709, convertida na Lei nº 10.192, de 14.02.2001.
- D) As Federações e, na falta destas, as Confederações representativas de categorias econômicas ou profissionais poderão celebrar convenções coletivas de trabalho para reger as relações das categorias a elas vinculadas, inorganizadas em Sindicatos, no âmbito de suas representações.
- E) Nenhuma disposição de contrato individual de trabalho que contrarie normas de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho poderá prevalecer na execução do mesmo, sendo considerada nula de pleno direito.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**QUESTÃO 41 – Analise as assertivas seguintes e responda.**

I.O princípio da autotutela administrativa fundamenta a diretriz consolidada em súmula do STF segundo a qual a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

II.A Lei 9.784/99, que disciplina o processo administrativo federal indica como um dos princípios que devem nortear a Administração Pública o princípio da segurança jurídica, assim como está mencionado no caput do artigo 5º da Constituição Federal a garantia à segurança, entendida não só no aspecto físico, como no jurídico. Dentre as consequências deste princípio estão: a proibição, como regra, da retroatividade dos atos administrativos e o impedimento de aplicação de nova interpretação, respeito ao direito adquirido e preservação de efeitos de atos e medidas praticados por servidores de fato.

III.De acordo com o princípio da continuidade as atividades realizadas pela Administração Pública devem ser ininterruptas, para que o atendimento do interesse da coletividade não seja prejudicado. Tal princípio informa também as figuras da substituição, interinidade, suplência.

IV.Como instrumentos constitucionais para punir a inobservância do princípio da moralidade administrativa a Constituição Federal aponta a ação popular, a sanção à improbidade administrativa dos agentes públicos em geral. Assim, a Lei 8.429/92 caracteriza os atos de improbidade administrativa como sendo aqueles que impliquem, necessariamente, locupletamento de caráter financeiro ou material.

- A) Apenas as assertivas I e III são corretas.
- B) Apenas a assertiva I é correta.
- C) Apenas as assertivas II e IV são corretas.
- D) Apenas a assertiva IV é incorreta.
- E) Todas as assertivas são corretas.

**QUESTÃO 42 – Os atos de improbidade administrativa geram consequências jurídicas e políticas, conforme texto constitucional, não se enquadrando nestas:**

- A) Suspensão dos direitos políticos.
- B) Perda dos direitos políticos.
- C) Perda da função pública.
- D) Indisponibilidade dos bens.
- E) Ressarcimento ao erário.

**QUESTÃO 43 – Analise as proposições abaixo sobre Direito Administrativo e responda.**

I.A Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva do Estado ao determinar que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

II.A responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais é acolhida nos casos de erro judiciário criminal, nos termos da lei infraconstitucional e da Constituição.

III.Nos termos estabelecidos na Constituição Federal, o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de qualquer mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração e o seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

IV.Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário e serão aposentados: a) por invalidez permanente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição; b) compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos integrais; c) voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as condições da Constituição.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

V. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- A) Apenas as assertivas I, II e V são corretas.
- B) Apenas a assertiva IV é incorreta.
- C) Apenas as assertivas II, III e IV são corretas.
- D) Apenas as assertivas I e II são corretas.
- E) Apenas as assertivas IV e V são incorretas.

QUESTÃO 44 – Sobre os poderes da administração pública, analise as seguintes assertivas e responda.

I. Hodiernamente, no âmbito de um Estado de Direito a doutrina informa que na contraposição do poder vinculado com o poder discricionário, o primeiro corresponderia às matérias de reserva legal absoluta e o segundo as matérias de reserva legal relativa.

II. São exemplos do exercício do poder vinculado: licença de construir; matrícula em escola pública.

III. São exemplos do exercício do poder discricionário: um Secretário da Educação ao fixar normas para distribuição de aulas excedentes a professores, inexistindo norma de lei a respeito; uma Congregação de Faculdade Pública que estabelece regras para revisão de provas.

IV. O poder regulamentar configura um dos modos de exercício do poder normativo no âmbito do Poder Executivo, podendo restringir preceitos da lei, conforme previsão constitucional que atribui privativamente ao Presidente da República competência para expedir decretos e regulamentos.

V. Para a defesa do Estado e das instituições democráticas a Constituição Federal possibilita a extensão excepcional do poder de polícia como decorrência da decretação do estado de defesa e estado de sítio, sendo que este último contém mais restrições aos direitos civis em relação ao primeiro.

- A) Todas as assertivas são corretas.
- B) Apenas as assertivas I, II e III são corretas.
- C) Apenas a assertiva IV é incorreta.
- D) Apenas as assertivas I e V são corretas.
- E) Apenas as assertivas I, IV e V são corretas.

QUESTÃO 45 – Assinale a alternativa correta nos termos da Lei 8.112/90.

A) O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado em decorrência de inabilitação em estágio probatório relativo a cargo diverso configura o instituto da recondução.

B) A investidura em cargo com limitações compatíveis com a limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental configura o instituto da reversão.

C) A reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial configura o instituto da readaptação.

D) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado configura o instituto da reintegração.

E) O retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria configura o instituto da readmissão.

QUESTÃO 46 – Ainda com base na Lei 8.112/90, em relação aos servidores públicos federais, assinale a alternativa que não está correta.

A) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo, que prescreve em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- B) É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.
- C) São considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.
- D) O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.
- E) É assegurado ao servidor o direito à licença remunerada para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão.

**DIREITO PENAL**

**QUESTÃO 47 – Analise as proposições à luz do Código Penal e ao final responda.**

I. O fato que origina o crime de falso testemunho deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade.

II. Prometer vantagem a testemunha para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento na instrução processual não configura crime de falso testemunho uma vez que o tipo penal prevê apenas as condutas de dar ou oferecer dinheiro.

III. Inovar artificiosamente, na pendência de processo civil ou administrativo, o estado de lugar, de coisa ou de pessoa, com o fim de induzir a erro o juiz ou o perito constitui crime.

IV. Trair, na qualidade de advogado ou procurador, o dever profissional, prejudicando interesse, cujo patrocínio, em juízo, lhe é confiado constitui crime de tergiversação.

V. Inutilizar, total ou parcialmente, ou deixar de restituir autos, documento ou objeto de valor probatório, que recebeu na qualidade de advogado ou procurador, não constitui tipo penal, mas apenas infração administrativa sujeita a punição junto ao órgão de classe.

A) Apenas as assertivas I, IV e V são incorretas.

B) Apenas as assertivas III e IV são corretas.

C) Apenas as assertivas I e III são corretas.

D) Apenas as assertivas II e V são incorretas.

E) Apenas a assertiva I é correta.

**QUESTÃO 48 – Com base na lei penal brasileira, assinale a alternativa que não está correta.**

A) Aquele que cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador ou mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, incorrerá nas mesmas penas previstas para o tipo redução a condição análoga à de escravo.

B) A intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida não se constitui em crime de constrangimento ilegal.

C) Caracteriza o crime de extorsão indireta as condutas de exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.

D) Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo, não se constitui em crime contra a organização do trabalho, uma vez que para caracterizar o tipo penal é necessária a prática de violência contra pessoa ou contra coisa.

E) Constitui crime de apropriação indébita previdenciária o fato de deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional. Entretanto, é extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

QUESTÃO 49 – A empregada Afrodite precisou levar seu filho ao médico e resolveu faltar ao trabalho. Para não sofrer desconto salarial, Afrodite adquiriu um atestado forjado em que o médico atestou que ela esteve impossibilitada de trabalhar naquele dia em razão de doença. Após dois dias, Afrodite entregou o atestado médico ao departamento de pessoal da empresa, tendo sido abonada a sua falta. No caso descrito, o médico e a empregada Afrodite cometeram, respectivamente, quais tipos penais:

- A) Falsidade ideológica e falsificação de documento particular.
- B) Falsidade de atestado médico e uso de documento falso.
- C) Falsidade material de documento ou certidão e falsidade ideológica.
- D) Falsificação de documento público e supressão de documento.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores.

QUESTÃO 50 – Das proposições abaixo, indique a alternativa que está correta.

- A) No crime de difamação o objeto jurídico tutelado é a honra subjetiva, o sentimento pessoal em relação ao decoro ou dignidade.
- B) No crime de calúnia há imputação de fato ofensivo à reputação da vítima.
- C) Nos crimes de calúnia e difamação não se admite a retratação antes da sentença.
- D) No crime de difamação a exceção da verdade somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.
- E) Não é punível a calúnia contra os mortos uma vez que o tipo penal tem por objetividade jurídica a tutela da honra objetiva da pessoa.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

QUESTÃO 51 – Em matéria de procedimentos cautelares e de procedimentos especiais, analise as assertivas e aponte a alternativa correta.

- I. O arresto tem lugar quando o devedor, sem domicílio certo intenta ausentar-se ou alienar os bens que possui, ou deixa de pagar obrigação no prazo estipulado.
  - II. O juiz concederá o arresto após justificativa prévia, quando requerido por qualquer interessado e pela União, Estado ou Município.
  - III. O documento que embasa a ação monitória deve ser escrito e não possuir eficácia de título executivo.
  - IV. A sentença proferida em arresto, salvo quando houver decadência ou prescrição, não faz coisa julgada na ação principal.
  - V. A produção antecipada de prova é possível, devendo ser citado o réu da referida medida, em obediência ao princípio constitucional do contraditório.
- A) Estão corretas as alternativas I, II e V.
  - B) Estão incorretas as alternativas II, III e IV.
  - C) Estão corretas as alternativas I, III, IV e V.
  - D) Estão incorretas as alternativas II, III, IV e V.
  - E) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÃO 52 – Em matéria de recurso adesivo, aponte a alternativa correta.

- A) Para que haja recurso adesivo, necessária a sucumbência recíproca, interposição de um recurso principal e que este recurso principal seja de apelação, ordinário, de revista, agravo ou embargos infringentes.
- B) O recurso adesivo será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- C) O recorrente adesivo tem o mesmo prazo de oito dias para interpor seu recurso; sendo que o recorrido tem igual prazo para manifestar-se em contrarrazões.
- D) O recurso adesivo, após proposto nos termos e formas da lei, torna-se independente do recurso principal e se neste houver a desistência do recorrente, o adesivo ainda assim deverá ser julgado, sob pena de negativa de prestação jurisdicional.
- E) Pelos princípios da razoabilidade, da eficácia e da celeridade da prestação jurisdicional, deve-se admitir a interposição do recurso adesivo juntamente com as contrarrazões da parte contrária.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

QUESTÃO 53 – Em matéria de execução, aponte a alternativa correta.

- A) É título executivo judicial a sentença homologatória de conciliação ou de transação, desde que não inclua matéria que não foi posta em juízo.
- B) É título executivo judicial a sentença estrangeira devidamente homologada pelo Supremo Tribunal Federal.
- C) A denominada “decisão” ou “sentença liminar”, extraída dos processos em que se permite a antecipação de tutela jurisdicional, dos processos cautelares ou das ações constitucionais, é título judicial.
- D) A execução provisória da sentença é possível, no que couber, por iniciativa do exequente ou ex officio, ante o princípio da economia e celeridade processual, observando que não deverão ser ultrapassados os atos de constrição, ocorrendo eventual alienação de bens, apenas por autorização judicial.
- E) Ante os dispositivos legais, que permitem a execução provisória da sentença, do mesmo modo da execução definitiva, tem-se possível aquela execução nos mesmos autos em que foi proferida a sentença impugnada, ainda que o recurso seja recebido no efeito meramente devolutivo.

QUESTÃO 54 – Em matéria de atos e termos processuais, é possível afirmar:

- A) Dependem de forma determinada, mesmo quando a lei não o exigir.
- B) Reputam-se válidos os que, realizados de outro modo, lhes preenchem a finalidade essencial.
- C) Correm em segredo de justiça somente os que exigem interesse público.
- D) O terceiro que se mostrar interessado em determinado processo, de que não é parte, pode consultar os autos, ante a publicidade dos atos processuais.
- E) Somente pode ser junto aos autos documento redigido em língua estrangeira, quando acompanhado do vernáculo, ainda que em versão livre, mas entendível e clara, explicada pela parte interessada.

QUESTÃO 55 – Analise as seguintes proposições sobre a tutela jurisdicional específica, e responda. I.O juiz poderá antecipar totalmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, ainda que não haja requerimento das partes, desde que exista prova inequívoca e se convença da verossimilhança da alegação.

II.Para que haja antecipação da tutela é necessário requerimento da parte, bastando o fundamento de receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

III.Se existirem pedidos cumulados, não poderá ser concedida a tutela antecipada a um deles, sob pena de cisão da prestação jurisdicional.

IV.A tutela antecipada confunde-se com o julgamento antecipado da lide, porque há julgamento do mérito da causa.

V.A tutela antecipada dos efeitos da sentença é espécie do gênero “tutela de urgência”, sendo providência que tem natureza jurídica mandamental, satisfativa no plano dos fatos, pois dá ao requerente o bem da vida pretendido.

- A) Estão corretas as alternativas I, II e III.
- B) Estão incorretas as alternativas I, II e V.
- C) Estão corretas as alternativas II, III, IV e V.
- D) Estão incorretas as alternativas I, II, III e IV.
- E) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

QUESTÃO 56 – Analise as proposições abaixo, em matéria de pedido e responda a alternativa correta.

I.Pelo princípio da congruência o juiz deve decidir de acordo com o que foi pedido.

II.As matérias de ordem pública estão fora do princípio da congruência, como, por exemplo, a função social do contrato e da propriedade.

III.Compete ao advogado declarar na petição inicial ou na contestação, o endereço em que receberá a intimação.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

IV. O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante. Durante os 20 (vinte) dias seguintes, no entanto, continuará a representar a parte, desde que necessário para lhe evitar prejuízo.

V. Se o autor não pedir, nas prestações periódicas que as vincendas se incluam na condenação, estas não devem ser consideradas pelo julgador, porque fugiriam aos parâmetros da necessária interpretação restritiva dos pedidos, determinado pelo sistema processual.

- A) Estão corretas as alternativas I e V
- B) Estão corretas as alternativas I, II e IV.
- C) Estão corretas as alternativas I, II e III.
- D) Estão corretas as alternativas III, IV e V.
- E) Estão corretas as alternativas IV e V.

**QUESTÃO 57** – Analise as proposições abaixo, em matéria de prova, e responda.

I. Incumbe ao autor o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo do seu direito.

II. Pelo princípio da aquisição processual, o juiz deve perquirir quem tinha o ônus da prova, para poder julgar com acerto, mesmo quando o fato está plenamente provado nos autos.

III. Em qualquer situação pode o confitente ou seu ex adverso aceitar a parte da confissão que lhe favorece e rejeitar o que não lhe convém.

IV. Ao autor cabe o ônus da prova da inexistência de litispendência (pressuposto processual negativo); ao réu cabe apenas esperar que o autor tenha insucesso, para obter o exame do mérito.

V. Pelo princípio da autonomia da vontade (art. 9º LICC) e do interesse legítimo, podem contratantes em uma convenção, distribuir de maneira diversa o ônus da prova, independentemente dos direitos convencionados.

- A) Estão corretas as assertivas I, II e III.
- B) Está correta a assertiva III.
- C) Estão incorretas as assertivas I, IV e V.
- D) Está correta a assertiva I.
- E) Estão incorretas as assertivas I, III e V.

**QUESTÃO 58** – O Código de Processo Civil sofreu várias modificações, a partir de 2005. Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta.

I. Se ao fazer a penhora, concluir o oficial de justiça que não pode proceder a avaliação dos bens, por falta de conhecimento especializado, o juiz, de imediato, nomeará avaliador, assinando-lhe breve prazo para a entrega do laudo.

II. A sentença arbitral é título executivo extrajudicial.

III. Ao requerer a execução provisória, o exequente instruirá a petição com cópias autenticadas ou o advogado declarará tais cópias autênticas, sob pena de responsabilidade pessoal.

IV. Quando na sentença houver parte líquida e ilíquida, ao credor é lícito promover a execução daquela e a liquidação desta nos mesmos autos.

V. Da decisão de liquidação, não cabe recurso, por tratar-se de decisão interlocutória.

- A) Estão corretas as alternativas I e IV.
- B) Estão corretas as alternativas I, II e III.
- C) Estão corretas as alternativas I e V.
- D) Estão corretas as alternativas II, III e V.
- E) Estão corretas as alternativas I e III.

**DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

**QUESTÃO 59** – Em matéria de vigência dos tratados internacionais, no Brasil, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa correta.

I. É competência privativa do Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos ao referendo do Congresso Nacional.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

II. Compete exclusivamente ao Congresso nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

III. Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos devem passar pelo crivo de cada Casa do Congresso e de suas Comissões, tomadas as deliberações por maioria dos votos, presentes a maioria absoluta de seus membros.

IV. Os tratados internacionais só terão vigência no Brasil, após a aprovação pelo Congresso Nacional, por via da Resolução, após a ratificação externa do Presidente da República e sua publicação no Diário Oficial da União.

V. Compete ao STJ julgar, em recurso ordinário, as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais e estaduais, quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal.

- A) Estão corretas as alternativas I e III.
- B) Estão corretas as alternativas II e IV.
- C) Estão corretas as alternativas III e V.
- D) Estão corretas as alternativas IV e V.
- E) Estão corretas as alternativas I e II.

**QUESTÃO 60** – Analise as proposições abaixo e em seguida aponte a alternativa correta.

I. A inviolabilidade da missão diplomática tem sua justificativa atual, no caráter sagrado do embaixador que vive, segundo os costumes, sob a proteção de Deus.

II. A missão diplomática é inviolável, constituindo-se em edifícios, parte de edifícios e terrenos anexos, utilizado para as finalidades da missão.

III. Um agente diplomático ou uma pessoa que goza de imunidade de jurisdição e que inicia uma ação judicial pode invocar a referida imunidade no tocante a uma reconvenção diretamente ligada a ação principal, tendo em vista a soberania do Estado acreditante.

IV. O agente diplomático goza de isenção de todos os impostos e taxas, pessoais ou reais, nacionais, regionais ou municipais, com exceção, dentre outras, dos impostos indiretos incluídos nos preços das mercadorias ou dos serviços, dos impostos e taxas sobre bens imóveis privados, situados no território do Estado acreditado, daqueles decorrentes do direito de sucessão, dos que incorrem sobre rendimentos privados ou sobre serviços específicos prestados ao agente.

V. O Estado acreditante pode renunciar, de forma expressa, à imunidade de jurisdição dos seus agentes diplomáticos, dos membros da família destes ou daqueles que com eles convivam, que não sejam nacionais do Estado acreditado, dos membros do pessoal administrativo e técnico da missão, dos criados particulares, não nacionais do Estado receptor.

- A) Estão corretas as alternativas II, IV e V.
- B) Estão corretas as alternativas II, III e V.
- C) Estão corretas as alternativas I e III.
- D) Estão corretas as alternativas I e IV.
- E) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

**QUESTÃO 61** – Assinale a alternativa correta, de acordo com as Convenções Internacionais de que o Brasil faz parte e de acordo com a sua legislação infraconstitucional.

A) Todo tratado em vigor obriga as partes e deve ser cumprido por elas de boa fé, salvo se contrariarem o direito interno.

B) A medida cautelar poderá ser solicitada pelo Brasil, de acordo com o Protocolo de Medidas Cautelares assinado em Ouro Preto, entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em 16.12.1994, nos processos ordinários, de execução, especiais ou extraordinários, de natureza civil, comercial, trabalhista e em processos penais, quanto à reparação civil, observando-se que não é possível, em qualquer hipótese a recusa de cumprimento do Estado requerido.

C) O Tratado de Assunção, que instituiu o MERCOSUL, tem por finalidade a constituição de um bloco regional restrito, com o objetivo de formar uma União Aduaneira completa.

D) São limites para o atendimento do pedido de extradição, de conformidade com o Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do MERCOSUL, concluído e assinado no Rio de Janeiro, em 1998, a pena de morte e a pena perpétua privativa de liberdade.

E) A nacionalidade da pessoa reclamada, quando houver pedido de extradição, poderá ser invocada para denegar a extradição, independentemente de disposição constitucional em contrário

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

QUESTÃO 62 – Analise as proposições abaixo e, ao final, assinale a alternativa que está correta. I.O Brasil assinou e ratificou as Convenções Internacionais do Trabalho de n. 98 (sindicalização e negociação coletiva); 132 (férias remuneradas); 155 (segurança e saúde dos trabalhadores); 182 (proibição das piores formas de trabalho infantil).

II.São consideradas Convenções Internacionais fundamentais as de ns. 29 (abolição do trabalho forçado); 87 (liberdade sindical); 98 (sindicalização e negociação coletiva); 100 (salário igual entre homens e mulheres); 105 (abolição do trabalho forçado); 111 (discriminação em matéria de emprego e ocupação); 138 (idade mínima para o emprego); 182 (proibição das piores formas de trabalho infantil).

III.Dentre as Convenções Internacionais do Trabalho que o Brasil ratificou e posteriormente denunciou, temos: a de n. 4 (trabalho noturno das mulheres); 158 (término da relação de trabalho por iniciativa do empregador); 107 (sobre populações indígenas e tribais); 178 (sobre inspeção do trabalho marítimo).

IV.As Convenções Internacionais do Trabalho auto-aplicáveis geram efeitos, de forma imediata, não exigindo uma regulamentação para que seja aplicada.

V.As Convenções Internacionais do Trabalho são fontes de Direito material e embora não criem obrigações específicas para o Estado que as ratifica, este é fiscalizado pela OIT, quanto a sua necessária implantação.

- A) Estão corretas as alternativas I, III e V.
- B) Estão incorretas as alternativas I, II e III.
- C) Estão corretas as alternativas I, II e IV.
- D) Estão incorretas as alternativas III, IV e V.
- E) Estão corretas as alternativas I, III e IV.

**DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

QUESTÃO 63 – Dentre as prestações previdenciárias compreendidas pelo Regime Geral da Previdência Social, devidas aos segurados, não se inclui:

- A) aposentadoria por invalidez.
- B) auxílio-doença.
- C) salário maternidade.
- D) auxílio-acidente.
- E) auxílio-reclusão.

QUESTÃO 64 – Segundo a Lei 8.213/91, a habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive. A reabilitação profissional compreende os seguintes fatores, salvo:

- A) fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional.
- B) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.
- C) fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, independentemente do fato da perda ou redução da capacidade funcional poderem ser atenuadas por seu uso.
- D) a reparação ou a substituição dos aparelhos de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário.
- E) será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

QUESTÃO 65 – O tempo de contribuição ou de serviço para efeito da contagem recíproca do tempo de serviço será contado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes, exceto:

- A) não será admitida a contagem em dobro ou em outras condições especiais.
- B) não é vedada a contagem de tempo de serviço público com o de atividade privada, ainda que concomitantes.
- C) não será contado por um sistema o tempo de serviço utilizado para concessão de aposentadoria pelo outro.
- D) quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, e 35 (trinta e cinco) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.
- E) o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à Previdência Social só será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, com acréscimo de juros moratórios de zero vírgula cinco por cento ao mês, capitalizados anualmente, e multa de dez por cento.

QUESTÃO 66 – Conforme previsão expressa constante da Lei Específica podem ser descontados dos benefícios previdenciários as seguintes parcelas, exceto:

- A) pagamento de benefício além do devido.
- B) contribuições devidas pelo segurado à Previdência Social.
- C) imposto de renda retido na fonte.
- D) mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, desde que autorizadas por seus filiados.
- E) pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, públicas e privadas, quando expressamente autorizado pelo beneficiário, até o limite de quarenta por cento do valor do benefício.

**DIREITO EMPRESARIAL**

QUESTÃO 67 – Quanto ao nome empresarial, analise as proposições abaixo e responda a alternativa correta.

- I. A sociedade em conta de participação está proibida de adotar nome empresarial que denuncie a sua existência.
  - II. A sociedade empresária de qualquer tipo que tenha ingressado em juízo com medida de recuperação judicial deve acrescentar ao seu nome, em todos os atos, contratos e documentos a expressão "em Recuperação Judicial".
  - III. Se houver óbito, exclusão ou retirada de sócio cujo nome civil constava da firma social, esta não precisará ser alterada.
  - IV. De acordo com o "princípio da veracidade" é defeso ao empresário valer-se, na composição de seu nome empresarial, de eventos estranhos ao nome civil, de que seja titular, como pessoa física ou que sejam titulares os seus sócios, se pessoa jurídica.
  - V. O "princípio da veracidade" se aplica integralmente à denominação da sociedade anônima.
- A) Estão corretas as alternativas I, II e III.
  - B) Estão corretas as alternativas II, IV e V.
  - C) Estão corretas as alternativas I, II e IV.
  - D) Estão corretas as alternativas III, IV e V.
  - E) Estão corretas as alternativas I, III e V.

QUESTÃO 68 – Assinale a alternativa incorreta.

- A) O acionista diretor nas sociedades em comandita por ações tem responsabilidade subsidiária e ilimitada pelas obrigações da sociedade.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

B) A sociedade anônima é pessoa jurídica de direito privado, de natureza empresarial, cujo capital está dividido em ações de igual valor nominal, quando assim emitidas, ou sem valor nominal e a responsabilidade dos subscritores e dos acionistas que nela ingressarem posteriormente, cinge-se ao preço das ações por ele subscritas ou adquiridas.

C) Na maioria das sociedades contratuais, de prazo indeterminado, o sócio pode retirar-se sem necessidade de motivação. Deverá o sócio retirante notificar os demais sócios, os quais devem, em 50 dias providenciar a alteração contratual correspondente.

D) O sócio de uma sociedade contratual deve cumprir, na forma e prazo previstos, as contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo, nos trinta dias seguintes ao da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo dano emergente da mora.

E) No caso de falecimento do sócio, liquidar-se-á sua quota, salvo se o contrato dispuser diferentemente, se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da sociedade, ou se, por acordo com os herdeiros, regular-se a substituição do sócio falecido.

**QUESTÃO 69** – Assinale a alternativa correta, quanto aos efeitos da falência em relação aos contratos do falido.

A) O vendedor pode obstar a entrega das coisas expedidas ao devedor e ainda em trânsito, se o comprador, antes do requerimento da falência, as tiver revendido, em fraude, à vista das faturas e conhecimentos de transporte, entregues ou remetidos pelo vendedor.

B) Se o devedor vendeu coisas compostas e o administrador judicial resolver não continuar a execução do contrato, poderá o comprador por à disposição da massa falida as coisas já recebidas, pedindo perdas e danos.

C) Não tendo o devedor entregue coisa móvel ou prestado serviço que vendera ou contratara a prestações, e resolvendo o administrador judicial executar o contrato, o crédito relativo ao valor pago será habilitado na classe própria.

D) O administrador judicial, ouvido o comitê, restituirá a coisa móvel comprada pelo devedor sem reserva de domínio do vendedor se resolver não continuar a execução do contrato, exigindo a devolução, nos termos do contrato, dos valores pagos.

E) As contas correntes com o credor consideram-se encerradas no momento da declaração da falência, verificando-se o respectivo saldo.

**QUESTÃO 70** – Em matéria de execução concursal, assinale a alternativa incorreta.

A) Estão excluídos do regime falimentar as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

B) Estão excluídos do regime falimentar as sociedades arrendadoras, que tenham por objeto exclusivo a exploração de “leasing”, sujeitas ao mesmo regime de liquidação extrajudicial previsto para as instituições financeiras.

C) Estão excluídas do regime falimentar as sociedades que se dediquem a administração de consórcios, fundos mútuos e outras atividades assemelhadas.

D) Estão excluídas do regime falimentar as entidades abertas de previdência complementar e as de capitalização nas mesmas condições que as seguradoras.

E) Estão excluídas do regime falimentar as operadoras de planos privados de assistência à saúde, que se submetam ao regime de liquidação extrajudicial pela ANS – Agência Nacional de Saúde.

**DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**QUESTÃO 71** – Quanto aos atos processuais é correto afirmar.

A) Serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 20 horas.

B) Serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.

C) Serão privados, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 8 às 20 horas.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

D) Serão públicos, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.

E) Serão privados, salvo quando o contrário determinar o interesse social, e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 18 horas.

**QUESTÃO 72** – Segundo nossa melhor doutrina, o princípio da oralidade não se resume ao predomínio da palavra oral, senão que abarca, também:

A) a imediatidade do juiz; a identidade física do juiz; a concentração dos atos do procedimento, e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

B) a imediatidade do juiz; a identidade física do juiz; a concentração dos atos do procedimento, e a gratuidade.

C) a identidade física do juiz; a concentração dos atos do procedimento, e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

D) a imediatidade do juiz; a primazia da realidade; a concentração dos atos do procedimento, e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

E) a imediatidade do juiz; a identidade física do juiz; e a irrecorribilidade das decisões interlocutórias.

**QUESTÃO 73** – Quanto à composição dos Tribunais Regionais do Trabalho a Constituição Federal de 1988 assim estabelece:

A) Serão compostos por, no mínimo 7 (sete) juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

B) Serão compostos por, no mínimo 5 (cinco) juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

C) Serão compostos por, no mínimo 5 (cinco) juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade.

D) Serão compostos por, no mínimo 7 (sete) juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade.

E) Serão compostos por, no mínimo 7 (sete) juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.

**QUESTÃO 74** – Segundo melhor doutrina as ações trabalhistas individuais, cujos titulares são pessoas singularmente consideradas, destinam-se à obtenção de um pronunciamento jurisdicional sobre interesses concretos e individualizados e dividem-se em:

A) condenatórias, mandamentais, declaratórias e executórias.

B) condenatórias, constitutivas, declaratórias, executórias, finalísticas e cautelares.

C) constitutivas, declaratórias, executórias, cautelares e finalísticas.

D) condenatórias, constitutivas, declaratórias e executórias.

E) condenatórias, constitutivas, declaratórias, executórias e cautelares.

**QUESTÃO 75** – Assinale a alternativa correta. Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho, a nulidade:

A) não poderá ser declarada mediante provocação das partes, mas apenas se argüida ex officio pelo Juiz.

B) só será declarada quando não resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes

C) só será declarada quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes;

D) após declarada não prejudicará senão os atos anteriores ou posteriores que dele dependam, ou sejam conseqüência.

E) será sempre pronunciada, mesmo que seja possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 76** – Quanto à execução por prestações sucessivas, por tempo indeterminado, assinale a alternativa correta.

- A) A execução pelo não pagamento de uma prestação compreenderá as que lhe sucederem.
- B) Não existe execução por prestações sucessivas no processo do trabalho.
- C) A execução por prestações sucessivas no processo do trabalho obedece aos parâmetros estabelecidos no CPC, aplicável subsidiariamente por força do artigo 769 da CLT.
- D) A execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.
- E) A execução compreenderá apenas as prestações devidas após o ingresso na execução.

**QUESTÃO 77** – Em uma ação trabalhista típica, movida por empregado contra o ex-empregador houve sentença de mérito, julgando a demanda procedente em parte. Da sentença o advogado do reclamado recorreu ordinariamente, mas o recurso não foi provido. O advogado do reclamado então interpôs recurso de revista apenas repetindo, um a um, os argumentos constantes do recurso ordinário anteriormente apresentado. Considerados os dados supra e as súmulas do TST, assinale a alternativa correta.

- A) O recurso deve ser conhecido e apreciado pelo TST.
- B) O recurso não pode ser conhecido, pois não era caso de recurso de revista.
- C) O recurso não pode ser conhecido, pois as razões do recorrente não impugnaram os fundamentos da decisão recorrida.
- D) O recurso deve ser conhecido, pois a parte pode alegar o quiser nas razões apresentadas.
- E) O recurso deve ser conhecido, por força do princípio do duplo grau de jurisdição.

**QUESTÃO 78** – No que concerne às Ações Rescisórias, considerado o entendimento sumulado do TST, leia atentamente as expressões abaixo e posteriormente assinale a alternativa correta.

I. O litisconsórcio, na ação rescisória, é necessário em relação ao pólo passivo da demanda, porque supõe uma comunidade de direitos ou de obrigações que não admite solução díspar para os litisconsortes, em face da indivisibilidade do objeto.

II. A legitimidade ad causam do Ministério Público para propor ação rescisória, ainda que não tenha sido parte no processo que deu origem à decisão rescindenda, está limitada às alíneas “a” e “b” do inciso III do artigo 487 do CPC, uma vez que traduzem hipóteses meramente exemplificativas.

III. Em relação ao pólo ativo da ação rescisória o litisconsórcio é facultativo, uma vez que a aglutinação de autores se faz por conveniência e não, pela necessidade decorrente da natureza do litígio, pois não se pode condicionar o exercício do direito individual de um dos litigantes no processo originário à ausência dos demais para retomar a lide.

IV. O Sindicato, substituto processual e autor da reclamação trabalhista, em cujos autos fora proferida a decisão rescindenda, possui legitimidade para figurar como réu na ação rescisória, sendo descabida a exigência de citação de todos os empregados substituídos, porquanto inexistente litisconsórcio passivo necessário.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão erradas.
- E) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.

**QUESTÃO 79** – No que se refere a conflitos de competência no Processo do Trabalho é correto afirmar:

- A) Os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Tribunal de Justiça Estadual são processados e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- B) Os conflitos de competência entre os Tribunais Regionais do Trabalho e os Tribunais de Justiça dos Estados são processados e julgados pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- C) Os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e os Tribunais de Justiça dos Estados são processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) Os conflitos de competência entre o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal de Justiça são processados e julgados pelo próprio Superior Tribunal de Justiça.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.

**QUESTÃO 80** – A empresa “X”, com sede no Brasil, contratou empregado brasileiro, através de sua sucursal em Londres, para gerenciar as obras existentes na Arábia Saudita, lugar onde prestou serviços durante dois anos. Rompido o contrato o empregado retorna ao Brasil e pretende, aqui acionar o seu empregador. Ante o exposto, assinale a alternativa correta.

- A) É incompetente a autoridade judiciária brasileira, para conhecer da reclamação trabalhista, que deveria ser ajuizada na Arábia Saudita, local da prestação dos serviços.
- B) A autoridade judiciária brasileira (Vara do Trabalho) é competente para conhecer da reclamação trabalhista, salvo se houver Convenção Internacional dispondo em contrário.
- C) Será competente para conhecer da ação trabalhista o foro de opção do empregado, podendo ser o da contratação, da prestação de serviços ou o da demissão.
- D) A autoridade judiciária brasileira é incompetente, devendo a ação ser proposta no País em que o empregado foi contratado.
- E) Se houver foro de eleição expressamente previsto no contrato, será este o competente para conhecer da reclamação trabalhista.

**QUESTÃO 81** – Quanto à classificação das ações, analise as assertivas abaixo e posteriormente responda.

I. Ações declaratórias são aquelas nas quais o interesse do reclamante limita-se à afirmação da existência ou inexistência de uma relação jurídica.

II. Ações condenatórias são as que visam a realização espontânea de um direito legalmente certo.

III. Ações executivas são as que conferem ao vencedor o poder de pedir, a seu favor, a execução judicial.

IV. Ações constitutivas são as que, sem se limitarem à simples declaração de um direito e sem estatuir uma condenação do reclamado ao cumprimento de uma prestação, criam, modificam ou extinguem um direito ou uma relação jurídica.

- A) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- B) Apenas as alternativas I, II e III são corretas.
- C) Apenas as alternativas II, III e IV são corretas.
- D) Apenas as alternativas I, III e IV são corretas.
- E) Todas as afirmativas são corretas.

**QUESTÃO 82** – No que concerne às propostas de conciliação no Processo do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) Devem ser feitas após a apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.
- B) Só podem ser feitas quando o valor da causa o permitir.
- C) Devem ser feitas antes da apresentação da defesa e renovadas após as razões finais.
- D) Devem ser feitas antes da apresentação da defesa e ao término da instrução processual.
- E) Devem ser feitas após a oitiva das partes e quando do encerramento da instrução processual.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**QUESTÃO 83** – Segundo previsão da CLT são isentos do pagamento de custas, além dos beneficiários da justiça gratuita, exceto:

- A) o Ministério Público do Trabalho.
- B) as fundações públicas federais, estaduais ou municipais exploradoras de atividade econômica.
- C) a União, os Estados e os Municípios.
- D) o Distrito Federal.
- E) as autarquias.

**QUESTÃO 84** – Conforme dispõe a CLT toda testemunha, antes de prestar o compromisso legal, será qualificada, indicando diversos dados, exceto:

- A) a nacionalidade.
- B) a profissão.
- C) a filiação.
- D) a idade.
- E) o tempo de serviço prestado ao empregador, quando empregado.

**QUESTÃO 85** – Considerando a jurisprudência sumulada do TST no que concerne à antecipação de tutela concedida antes da sentença em mandado de segurança, analise as assertivas abaixo e posteriormente responda.

I. A superveniência da sentença, nos autos originários, faz perder o objeto do mandado de segurança que impugnava a concessão da tutela antecipada.

II. A antecipação de tutela concedida na sentença não comporta impugnação pela via do mandado de segurança, por ser impugnável mediante recurso ordinário. A ação cautelar é o meio próprio para se obter efeito suspensivo a recurso.

III. No caso da tutela antecipada ser concedida antes da sentença, cabe a impetração do mandado de segurança, em face da inexistência de recurso próprio.

IV. A concessão de tutela antecipada constitui faculdade do juiz, existindo direito líquido e certo tutelável pela via do mandado de segurança.

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Apenas as alternativas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas as alternativas II, III e IV estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão erradas.
- E) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

**QUESTÃO 86** – No que concerne aos processos submetidos ao rito sumaríssimo, analise as assertivas abaixo e posteriormente responda.

I. Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.

II. Só será deferida intimação de testemunha que, comprovadamente convidada, deixar de comparecer. Não comparecendo a testemunha intimada, o juiz poderá determinar sua condução coercitiva.

III. As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

IV. Interrompida a audiência, o seu prosseguimento e a solução do processo dar-se-ão no prazo máximo de quinze dias, salvo motivo relevante justificado nos autos pelo juiz da causa.

- A) Apenas as afirmativas I, II e IV são corretas.
- B) Apenas as alternativas I, II e III são corretas.
- C) Apenas as alternativas II, III e IV são corretas.
- D) Apenas as alternativas I, III e IV são corretas.
- E) Todas as afirmativas são corretas.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 87 – Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta.**

I. Princípios constitucionais fundamentais e princípios gerais do Direito Constitucional diferenciam-se pelo fato de que os primeiros integram o Direito Constitucional positivo, enquanto os segundos formam conceitos gerais do próprio Direito constitucional.

II. Dentre os princípios fundamentais da Constituição de 1988, temos o princípio federalista, o princípio da separação dos poderes, o princípio relativo à forma de governo, chamado princípio republicano, os princípios relativos à organização da sociedade, princípios relativos à vida política, princípios relativos ao regime democrático, princípios relativos à prestação positiva do Estado e princípios relativos à comunidade internacional.

III. Na democracia representativa há direta participação popular, periódica, formal, por via das instituições eleitorais que visam a disciplinar as técnicas de escolha dos representantes do povo.

IV. O princípio da divisão dos Poderes da República, pelo qual é vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e quem for investido na função de um deles não pode exercer a de outro, não comporta exceções.

V. As normas que consubstanciam os direitos fundamentais, democráticos e individuais são de aplicação imediata, enquanto dentre as que definem direitos sociais, embora tendam a ser de aplicação imediata, há aquelas que mencionam uma lei integradora, que são de eficácia limitada e aplicabilidade indireta.

A) Estão corretas as alternativas I, II e V.

B) Estão corretas as alternativas II, III e V.

C) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

D) Estão corretas as alternativas I, III e V.

E) Estão corretas as alternativas II, III e IV.

**QUESTÃO 88 – Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta.**

I. A competência da União para emitir moeda será exercida pelo Banco Central, pela Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC e pelo Banco do Brasil.

II. A espécie normativa que dispõe sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual é uma Lei Complementar.

III. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o 10º dia de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere à própria Constituição.

IV. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos a existência digna, conforme os ditames da justiça social.

V. É possível o atendimento de requisição de documento ou informação de natureza comercial, feita por autoridade administrativa ou judiciária estrangeira, a pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no país, mas dependerá de autorização do Poder competente: Executivo, Legislativo ou Judiciário.

A) Estão corretas as alternativas I, III e V.

B) Estão incorretas as alternativas II, III e IV.

C) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

D) Estão incorretas as alternativas I, II e III.

E) Estão corretas as alternativas II, IV e V.

**QUESTÃO 89 – Aponte a alternativa correta.**

A) A vitaliciedade que diz respeito à vinculação do titular ao cargo para o qual o juiz fora nomeado é conseguida a partir da posse. Tornam-se vitalícios a partir da posse, se já não o eram: os ministros do STF, os ministros do STJ, os juízes dos TRF's, os ministros e juízes togados do TST e dos TRT's, os ministros do STM, os desembargadores dos Tribunais de Justiça, os juízes dos Tribunais de Alçada e os juízes de segunda instância dos Tribunais Militares do Estado.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

B) O juiz pode ser removido por interesse público em decisão pelo voto da maioria simples dos membros do Tribunal a que estiver vinculado ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

C) Os subsídios dos magistrados somente podem ser diminuídos em virtude de medida geral, ficando sujeitos ao teto previsto na Constituição e ao imposto de renda, como qualquer contribuinte.

D) Tornam-se vitalícios após quatro anos de exercício os juizes togados de primeiro grau.

E) Não pode o juiz exercer a advocacia no juízo ou Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

**QUESTÃO 90 – Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta.**

I.É crime inafiançável, imprescritível e sujeito a pena de reclusão a prática de racismo e são ainda insuscetíveis de graça ou anistia, respectivamente: a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos. As ações de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, também é considerado crime inafiançável e imprescritível.

II.São penas alternativas aquelas substitutivas da privação de liberdade, a saber, as denominadas de “prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas”, consistentes em tarefas não-remuneradas em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos, estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.

III.É assegurado às presidiárias permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, que é incerto, dependendo da provisão de leite que a mama da presidiária produza e da disposição da criança.

IV.As penas de privação da liberdade consistem em limitação do direito de ir e vir e as restritivas de liberdade consistem no encarceramento, basicamente em três modos específicos de execução: reclusão, detenção e prisão simples.

V.A individualização da pena é uma garantia constitucional plena e absoluta, com fundamento no princípio da justiça, esgotando-se na sentença executória, posto que o tratamento penitenciário ou a pena alternativa não necessitam levar em conta tal individualização.

A) Estão corretas as alternativas I, III e IV.

B) Estão corretas as alternativas I, II e III.

C) Estão corretas as alternativas III, IV e V.

D) Estão corretas as alternativas II, IV e V.

E) Estão corretas as alternativas I, IV e V.

**QUESTÃO 91 – Analise as proposições abaixo e aponte a alternativa correta.**

I.O bicameralismo é o fato de ter duas Câmaras com funções idênticas, ainda que se reconheça algumas competências privativas a cada uma delas. É o que se chama bicameralismo paritário.

II.Compete privativamente à Câmara dos Deputados, dentre outras competências, autorizar por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado. Compete privativamente ao Senado Federal, dentre outras competências, processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.

III.O número total dos Deputados eleitos pelo povo, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por Emenda Constitucional, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de 50 Deputados.

IV.Cada Estado federado elegerá três Senadores, o Distrito Federal, dois Senadores, cada qual com um suplente, com o mandato de 4 anos, renováveis por quatro anos.

V.Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria qualificada, presente a maioria absoluta de seus membros.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- A) Estão incorretas as alternativas I, II e III.
- B) Estão corretas as alternativas I, III e IV.
- C) Estão incorretas as alternativas III, IV e V.
- D) Estão corretas as alternativas II, III e V.
- E) Estão incorretas as alternativas I, III e V.

QUESTÃO 92 – Assinale a alternativa que não está correta.

- A) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, mediante proposta do Presidente da República, mediante proposta de mais da metade das Assembléias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa de seus membros.
- B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C) A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador Geral da República e aos cidadãos, na forma e casos previstos na Constituição Federal.
- D) Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Senado Federal. Se a medida provisória não for apreciada até 35 dias, contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subsequentemente, em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando.
- E) As medidas provisórias, dentre as espécies normativas, terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

**DIREITO CIVIL**

QUESTÃO 93 – Analise as seguintes proposições à luz do Direito Civil brasileiro e, ao final, responda.

- I. As leis, atos e sentenças de país estrangeiro terão eficácia no Brasil, quando não ofenderem a soberania nacional e a ordem pública, ainda que atentem contra os bons costumes.
  - II. A lei nova, que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.
  - III. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, sendo que nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia seis meses depois de oficialmente publicada.
  - IV. As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova.
  - V. A lei do país em que a pessoa nasceu determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família
- A) São corretas apenas as assertivas I, II e III.
  - B) São corretas apenas as assertivas I, III e IV.
  - C) São corretas apenas as assertivas II e V.
  - D) São corretas apenas as assertivas I, IV e V.
  - E) São corretas apenas as assertivas II e IV.

QUESTÃO 94 – Nos termos do atual Código Civil, assinale a alternativa incorreta.

- A) A lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro, mas a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida.
- B) Os menores de dezesseis anos de idade podem ser proprietários de bens móveis e imóveis.
- C) São absolutamente incapazes para o exercício pessoal de atos da vida civil os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, os pródigos e os silvícolas, que ficarão sujeitos a regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- D) Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente atos da vida civil.
- E) Os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo, são incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer.

**QUESTÃO 95** – Quanto aos direitos de personalidade previstos no Código Civil vigente, assinale a alternativa correta.

- A) Por se tratar de direito da personalidade, o pseudônimo adotado para atividades lícitas e ilícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- B) A disposição gratuita do corpo, no todo ou em parte, para depois da morte, é válida com objetivo altruístico.
- C) É lícito o ato de disposição do próprio corpo, ainda que importe em diminuição permanente da integridade física, mesmo se não houver exigência médica vez que tal fato se constitui em direito personalíssimo.
- D) Em se tratando de pessoa reconhecidamente pública o nome desta poderá ser utilizado em propaganda comercial, ainda que sem autorização.
- E) Os direitos de personalidade destinam-se a resguardar a dignidade humana, razão pela qual, apenas em vida pode o seu titular exigir que cesse a ameaça, ou lesão, a seu direito de personalidade, bem como reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

**QUESTÃO 96** – Analise as afirmações sobre pessoas jurídicas e, ao final, responda.

I.O Código Civil considera como pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal, os territórios, os Municípios, as autarquias, as fundações e os partidos políticos.

II.As associações constituem-se pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos e não há, entre os associados direitos e obrigações recíprocos. Entretanto, os associados devem ter direitos iguais, não podendo os estatutos instituir categorias econômicas com vantagens especiais.

III.Salvo disposição em contrário, as pessoas jurídicas de direito público, a que se tenha dado estrutura de direito privado, regem-se, no que couber, quanto ao funcionamento, pelas normas do Código Civil.

IV.Com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado. Quando necessário, a referida inscrição será precedida de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

V.O domicílio da pessoa jurídica de direito privado que possua administração ou diretoria no estrangeiro será na Capital daquele país, mesmo que a obrigação tenha sido contraída por sua agência situada no Brasil.

- A) Todas as assertivas são incorretas
- B) São corretas apenas as assertivas I e III.
- C) São corretas apenas as assertivas II e IV.
- D) São corretas apenas as assertivas IV e V.
- E) São corretas apenas as assertivas III e IV.

**QUESTÃO 97** – Sobre bens, conforme previsão contida no Código Civil, qual alternativa não está correta.

- A) É considerado bem imóvel por determinação legal o direito à sucessão aberta, ainda que a herança somente seja formada por bens móveis ou abrangia apenas direitos pessoais.
- B) São considerados bens móveis aqueles suscetíveis de movimento próprio ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social; considerando-se como bem móvel por determinação legal as energias que tenham valor econômico.
- C) A fungibilidade é própria dos bens móveis, sendo o resultado da comparação entre duas coisas equivalentes, ou seja, da mesma espécie, qualidade e quantidade.

**XVII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE  
JUIZ FEDERAL DO TRABALHO SUBSTITUTO**

- D) O edifício sede do Governo Federal integra a categoria dos bens públicos dominicais, já que destinado, por sua natureza, ao uso coletivo ou exclusivo por parte do poder público.
- E) O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

**QUESTÃO 98** – Quanto aos negócios jurídicos, assinale a alternativa incorreta.

- A) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar do pagamento.
- B) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- C) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- D) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- E) O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

**QUESTÃO 99** – Analise as assertivas seguintes em relação aos defeitos do negócio jurídico.

I. A lesão constitui-se em um vício de consentimento decorrente do abuso praticado em situação de desigualdade de um dos contratantes, por estar sob premente necessidade, ou por inexperiência. Assim, todo e qualquer negócio jurídico pode se sujeitar a anulação sob o fundamento da lesão.

II. A coação, para viciar a declaração de vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens, incluindo o simples temor reverencial, mas não havendo amparo legal à extensão do conceito à pessoa não pertencente à família do paciente.

III. O falso motivo, considerado como erro quanto ao fim colimado, sempre viciará a declaração de vontade e gerará a anulação do negócio jurídico.

IV. Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzidos à insolvência, desde que não o ignore (scientia fraudis), poderão ser anulados pelos credores, constituindo-se em fraude contra credores.

V. Nos negócios jurídicos, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveita dela tivesse ou devesse ter conhecimento, não subsistirá o negócio jurídico, mas o autor da coação bem como a parte a que aproveite, responderão solidariamente por perdas e danos.

Responda:

- A) Apenas as assertivas I e II são corretas.
- B) Apenas as assertivas II e V são corretas.
- C) Apenas as assertivas III e IV são corretas.
- D) Apenas as assertivas IV e V são corretas.
- E) Todas as assertivas são incorretas.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

**QUESTÃO 100** – Conforme legislação que rege a matéria assinale a alternativa correta:

- A) O poder familiar será exercido pelo pai; se a mãe discordar recorre-se à autoridade competente para solução da divergência.
- B) Os filhos nascidos fora do casamento não podem ser reconhecidos pelos pais ou separadamente pelo pai ou pela mãe.
- C) A guarda obriga a prestação de assistência material, moral à criança ou ao adolescente conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exclusive, porém, aos pais.
- D) Os divorciados e os judicialmente separados não podem adotar nem separada nem conjuntamente.
- E) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando e, também do adotando maior de doze anos de idade.



**TRIBUNAL REGIONAL  
DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO  
Rondônia / Acre**